

**“EPISTEMOLOGIAS DA IGNORÂNCIA” E AS PERFORMANCES TEÓRICAS
DE BRANQUEAMENTO DA INTERSECCIONALIDADE:
O DEBATE ENTRE NINA LYKKE E SIRMA BILGE**

Carolina Brandão Piva¹

Resumo

Apresento, neste texto, o debate ainda pouco conhecido no Brasil entre a socióloga turca Sirma Bilge e a crítica dinamarquesa Nina Lykke sobre os usos da interseccionalidade — como conceito e sensibilidade analítica. O embate teve início em 2013, quando Sirma Bilge publicou sua crítica às “feministas disciplinares” (brancas europeias) que, como Nina Lykke, contribuíam para despolitizar a interseccionalidade retirando dela sua categoria fundante: a raça. Sirma Bilge questiona a elaboração de uma “genealogia da interseccionalidade” que se prestou a neutralizar seu potencial crítico e sua orientação para a justiça social. Quase sete anos depois, em 2020, Nina Lykke apresentou sua réplica, assumindo a responsabilidade por seus equívocos analíticos, mas argumentando, ao final, que isso não poderia implicar a invalidação da importância das feministas socialistas na teorização dos imaginários de protesto. Considerando as construções epistemológicas como performances teóricas, o presente estudo se desenvolve no campo dos Estudos Feministas, em sintonia com o das Performances Culturais.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Performances Teóricas; Feminismo Disciplinar; Sirma Bilge; Nina Lykke.

Abstract

In this paper I introduce to the Brazilian audience the academic debate on intersectionality—both as a concept and an analytical tool—between Turkish-Canadian sociologist Sirma Bilge and Danish-Swedish gender studies scholar Nina Lykke. The debate began in 2013 when Bilge brings out her criticism in an article titled, “Intersectionality Undone: Saving Intersectionality from Feminist Intersectionality Studies.” She argues that disciplinary feminists downplay the centrality of race in intersectional thought and praxis depoliticizing intersectionality by “whitening” it. Lykke’s reply was only written seven years later, in 2020, when she takes responsibility for the blind spots of her past writings and makes herself accountable for her “epistemologies of ignorance,” but asserts that it does not imply that socialist/Marxist feminism has to be dismissed as white theory altogether. Considering epistemological constructions as *performances of theory*, my study is developed in the field of Feminist Studies aligned with that of Cultural Performances.

Keywords: Intersectionality; Performances of Theory; Disciplinary Feminism; Sirma Bilge; Nina Lykke.

¹ Pós-doutora em Performances Culturais na Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutora em Arte e Cultura Visual pela mesma instituição. Membro do International Academic Forum (IAFOR) e da International Association for Media and Communication Research (IAMCR). Servidora pública federal no TRT de Goiás. Tradutora, editora, designer e poeta multimídia. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8993919896971868>.

Interseccionalidade em disputa

Não é de hoje que as teóricas do feminismo negro alertam sobre a apropriação controversa da interseccionalidade — como conceito e sensibilidade analítica² — pelas teóricas do feminismo branco-civilizatório.³ Pelo menos desde 1989, quando a jurista afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw inaugurou o termo, ao publicar o artigo “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex”,⁴ a interseccionalidade também passou a estar presente nos debates promovidos pelas feministas europeias, de forma muitas vezes equivocada, como se fosse apenas mais uma ferramenta conceitual para reconhecer a existência de múltiplas identidades, construídas de forma autônoma,⁵ e contabilizar as opressões a elas impostas.

No Brasil, recuperando o projeto do feminismo negro desde as décadas de 1960-1970 — em diálogo com pensadoras como Angela Davis, Patricia Hill Collins, bell hooks, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Luiza Bairros —, Carla Akotirene é quem vem atualmente se dedicando a repensar essa temática em um contexto mais-nosso e, para além disso, a reexaminar os principais equívocos que ainda permanecem nas discussões e produções teóricas hegemônicas. Não coincidentemente, a autora introduz seu livro *Interseccionalidade* já asseverando que, embora “[seja] da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade”, as feministas — que aqui chamo de — civilizatórias costumam usá-la como correspondente de uma *retórica da diversidade* arraigada a preceitos neoliberais, racistas e ainda colonizantes, “chegando a questionar a agência da mulher negra” (AKOTIRENE, 2019, p. 24).

² Nos termos de Carla Akotirene, recuperados das reflexões de Kimberlé Crenshaw (AKOTIRENE, 2019).

³ Utilizo aqui o qualificador *civilizatório* em referência à expressão “feminismo civilizatório”, cunhada por Françoise Vergès e essencial às teses por ela defendida em um de seus mais recentes livros, *Un féminisme décolonial*, lançado na França em 2019 e publicado no Brasil no início de 2020, pela Editora Ubu, com tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. Segundo a autora, é civilizatório aquele feminismo europeu de dimensão colonial e racial que “adotou e adaptou os objetivos da missão civilizatória colonial, oferecendo ao neoliberalismo e ao imperialismo uma política de dos direitos das mulheres que serve aos seus interesses (VERGÈS, 2020, p. 17).

⁴ Cujo subtítulo é “A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics”. Dois anos adiante, em 1991, a autora retornaria ao conceito de interseccionalidade por ela cunhado para examinar especificamente a marginalização estrutural das mulheres negras estadunidenses.

⁵ “Quer dizer”, completaria a crítica dominicana Ochy Curiel (2017), “que minha condição de mulher está separada da minha condição de negra e que a minha condição de negra também está separada da minha condição de lésbica. E de classe”.

Por certo, a ausência, em qualquer teoria feminista, de metodologias adequadas às realidades das mulheres não brancas⁶ constitui não apenas desvirtuamento conceitual, mas tanto-além uma das inúmeras formas de usurpação epistêmica:

[...] há saqueamento da riqueza conceitual e apropriação do território discursivo feminista negro quando trocamos a semântica feminismo negro para feminismo interseccional, retirando o paradigma afrocêntrico. A proposta de conceber a inseparabilidade do cisheteropatriarcado, racismo e capitalismo está localizada no arcabouço teórico feminista negro, e quem o nega comete epistemicídio e racismo epistêmico. (AKOTIRENE, 2019, p. 51)

Um dos primeiros importantes passos, diante disso, é reconhecer que a interseccionalidade está em disputa teórica e, portanto, acadêmica — já que é nelas, nas academias, que grupos de feministas seletas e selecionadas, via de regra brancas e de classe média, produzem as *performances teóricas* que utilizamos como *sensibilidades analíticas universais* para explicar o mundo e para nos ver e nos perceber visíveis dentro dele.

Minha proposta, neste artigo, é examinar o que aqui chamo de “performances de branqueamento da interseccionalidade” partindo de um recente debate acadêmico, ainda pouco conhecido no Brasil, entre a socióloga turca Sirma Bilge⁷ e a crítica dinamarquesa-sueca Nina Lykke.⁸ Ao utilizar a expressão *performances teóricas*, me refiro especialmente aos estudos da presença vinculados às formulações de Diana Taylor.⁹ Proponho, nestes termos, pensar a prática teórica também como atos de transferência vitais imiscuídos em um sistema de produção de conhecimentos — que podem ser

⁶ Uma ausência, convenhamos, que é fundada em uma preocupação bem-história-única ao combinar apenas as categorias gênero e classe, negligenciando a marcação racializada da subalternização das mulheres.

⁷ Professora-pesquisadora no Departamento de Sociologia da Universidade de Montreal, no Canadá.

⁸ Professora de Estudos de Gênero da Universidade Linköping, na Suécia.

⁹ Acompanho a conceituação proposta pela teórica estadunidense Diana Taylor, para quem “a *performance* funciona como episteme, um modo de conhecer, e não simplesmente como um objeto de análise” (TAYLOR, 2013, p. 17), sendo, por isso mesmo, uma prática socializada — que a autora chama de “prática incorporada” — cujo papel é fundamental na produção e na transmissão do conhecimento: “As *performances* funcionam como atos de transferência vitais, transmitindo o conhecimento, a memória e um sentido de identidade social [...]. Em um segundo nível, a *performance* também constitui uma lente metodológica [...], ou seja, funciona como uma epistemologia [...] oferece[ndo] um modo de conhecer” (ibidem, p. 27). Utilizo, portanto, a expressão *performances teóricas* para me referir aos estudos da presença vinculados às formulações de Diana Taylor e, neste sentido, pensar a prática teórica também como atos de transferência vitais imiscuídos em um sistema de produção de conhecimentos — que podem ser apreendidos, reproduzidos, contestados e/ou reconfigurados — culminando na transmissão de epistemes. Ao falar das *performances teóricas de branqueamento*, estou me referindo, pois, à prática acadêmica hegemônica (ou europeizante) no campo da produção teórica responsável por transmitir um conhecimento historicamente legitimado — e cada vez mais sofisticado — de usurpação dos repertórios afrocêntricos no âmbito da interseccionalidade.

apreendidos, reproduzidos, contestados e/ou reconfigurados — culminando na transmissão de epistemes. Ao falar das *performances teóricas de branqueamento*, estou me referindo à prática acadêmica hegemônica (em especial, europeizante) no campo da produção teórica feminista responsável por transmitir um conhecimento historicamente legitimado — e cada vez mais sofisticado — de usurpação dos repertórios afrocêntricos no âmbito dos debates interseccionais.

A origem do debate-embate: a crítica de Sirma Bilge

Em 2013, a socióloga turca Sirma Bilge, radicada no Canadá e há décadas dedicada aos estudos de gêneros e sexualidades, publicou, na revista *Du Bois Review: Social Science Research on Race*, um artigo assaz polêmico, cujo título já anunciava a tônica da crítica que estaria por vir no corpo do texto: “Intersectionality Undone: Saving Intersectionality from Feminist Intersectionality Studies”.¹⁰ Nele, a autora se propõe a identificar “um conjunto de relações de poder no âmbito dos debates acadêmicos feministas contemporâneos sobre a interseccionalidade que servem para ‘despolitizar as análises interseccionais’, neutralizando o potencial crítico da interseccionalidade orientada para a transformação e para a justiça social” (BILGE, 2013, p. 405 — em tradução livre).¹¹

A lógica por trás dessa afirmação preliminar seria inicialmente, segundo a autora, a mercantilização e a conversão da interseccionalidade em mais uma ferramenta de opressão utilizada pelos regimes neoliberais. Dito de outra maneira,

A interseccionalidade, originalmente focada tanto na produção de um conhecimento transformador e contra-hegemônico quanto em uma política radical de justiça social, [...] vem se transformando [...] em algo que apelidei de “interseccionalidade ornamental” [...], que mina a sua credibilidade e potencialidade para analisar criticamente as estruturas de poder interligadas e para desenvolver uma ética na construção não opressiva de coalizões, assim como na realização de reivindicações. (BILGE, 2013, p. 407-408 — em tradução livre)¹²

¹⁰ Em tradução livre: “Interseccionalidade desfeita: salvando a interseccionalidade dos estudos feministas sobre interseccionalidade”.

¹¹ Originalmente: “[...] a set of power relations within contemporary feminist academic debates on intersectionality that work to ‘depoliticizing intersectionality,’ neutralizing the critical potential of intersectionality for social justice-oriented change”.

¹² “Intersectionality, originally focused on transformative and counter-hegemonic knowledge production and radical politics of social justice, [...] has been transformed [into something] that I have dubbed ‘ornamental intersectionality’, [which] undermines intersectionality’s credibility and potentials for

E eis que é assim que se estabelece, segundo a autora, um terreno fértil para o uso oportunista da interseccionalidade como uma espécie de “conhecimento superficial da diversidade”, convertido em “uma ferramenta que certas feministas podem invocar para demonstrar a sua ‘expertise comercializável’ utilizada para gerenciar uma diversidade potencialmente problemática” (ibidem, p. 408 — em tradução livre).¹³

Esse processo de cooptação articulado por essas “certas acadêmicas feministas” referidas por Sirma Bilge está, infelizmente, no cerne da legitimação de um conhecimento — que se produz e se transmite do alto de uma posição intelectual hegemônica — muito mais preocupado com um único tipo de fazer-ciência, em detrimento dos tantos-outros. A autora vincula este tipo de produção intelectual feminista — das tais “acadêmicas hegemônicas” — ao que chama de *feminismo disciplinar*,¹⁴ ou seja, um tipo de feminismo pretensamente universal que “fomenta a apropriação acadêmica indevida da interseccionalidade e a sua despolitização em termos interdisciplinares” (ibidem, p. 409 — em tradução livre).¹⁵

Os reais motivos da referida despolitização são apresentados logo em seguida:

O feminismo disciplinar europeu “branqueia a interseccionalidade” não só quando faz afirmações acerca dos direitos de propriedade sobre o conceito de interseccionalidade, mas também quando minimiza a importância da raça no pensamento interseccional — por exemplo, ao assumir a raça como uma categoria irrelevante na Europa. Isso reflete uma tendência dominante entre as estudiosas europeias: descartar a raça como categoria analítica, procurando em seu lugar abordar os problemas estruturais apenas por meio de categorias como etnia, cultura e religião. [...] Outra forma de branquear a interseccionalidade e minimizar a importância da raça é alcançada através da dispersão [conceitual], o que basicamente despreza que as raízes da

addressing interlocking power structures and developing an ethics of non-oppressive coalition-building and claims-making.”

¹³ “[...] intersectionality becomes a tool that certain feminist scholars can invoke to demonstrate ‘marketable expertise’ in managing potentially problematic kinds of diversity.”

¹⁴ No meu entendimento, ao empregar o termo “disciplinary” como qualificador do feminismo branco-civilizatório-europeu, Sirma Bilge alude, brilhantemente, tanto à sua significância mais imediata, ou seja, de disciplinamento e/ou punição, quanto ao seu substantivo-fundante “discipline”, que pode remeter ainda, em alguma medida, à disciplina como matéria estudada em determinada área do conhecimento, pretendendo, com isso, caracterizar as feministas a que ela se refere também como “institucionalizadoras do conhecimento”.

¹⁵ “[Disciplinary feminism] participates in institutional (mis)appropriation and attendant depoliticization of both interdisciplinarity and intersectionality.”

interseccionalidade estão no feminismo negro. (BILGE, 2013, p. 414 — em tradução livre)¹⁶

É exatamente nesse contexto — de branqueamento da interseccionalidade — que Sirma Bilge introduz sua crítica a Nina Lykke, que, como tantas outras feministas disciplinares Europa-adentro, teria contribuído para negligenciar a interseccionalidade construída no âmbito do pensamento feminista negro e das epistemologias afrocêntricas, convertendo-as em “outras perspectivas” — obviamente, branco-eurocentradas.

A “genealogia da interseccionalidade” proposta por Nina Lykke

Os escritos da marxista dinamarquesa Nina Lykke que ensejaram a crítica de Sirma Bilge foram publicados, respectivamente, em 2010 e 2011. Trata-se do livro *Feminist Studies: A Guide to Intersectional Theory, Methodology and Writing* e, um ano adiante, do artigo “Intersectional Analysis: Black Box or Useful Critical Feminist Thinking Technology?”, trazido a público como um dos capítulos do livro *Intersectionality: Debates on a Multi-Faceted Concept in Gender Studies*.

Em ambos os textos, a autora advoga em favor de uma interseccionalidade fundamentada sobretudo no nexos gênero/classe,¹⁷ segundo o qual a raça não figura como categoria-cerne das opressões sofridas pelas mulheres:

De maneira geral, meu foco neste estudo não é no conceito de “interseccionalidade” tal como foi introduzido pela jurista estadunidense e teórica feminista Kimberlé Crenshaw, mas, em vez disso, na ideia de que o gênero e o sexo se interseccionam com outras categorias socioculturais. (LYKKE, 2010, p. 50 — em tradução livre)¹⁸

¹⁶ “European disciplinary feminism ‘whitens intersectionality’ not only by making claims of property rights to the concept of intersectionality, but also by minimizing the importance of race in intersectional thought—for instance by declaring race an irrelevant category for Europe. This reflects a dominant tendency among European scholars: disallowing race as an analytic category, instead framing problems through categories such as ethnicity, culture, and religion. [...] Another way of whitening intersectionality and downplaying the importance of race takes the form of dispersing and diffusing which basically bypass its origins in Black feminism.”

¹⁷ Também concebido pelas feministas francesas (tanto as materialistas quanto as socialistas-marxistas) como “sexo social” ou “relações sociais de sexo” (BILGE, 2013, p. 416).

¹⁸ “My overall focus is not the concept of “intersectionality” as such [as it was introduced into feminist theory by USA-based feminist law professor Kimberlé Crenshaw], but rather the idea that gender/sex intersects with other sociocultural categorizations [...]”

Infelizmente, ela não para por aí. Mesmo após recobrar inúmeros estudos — admitindo a importância — de variadas teóricas do feminismo negro, do qual até reconhece terem partido as preliminares noções de interseccionalidade, Nina Lykke diz a que vem: seu objetivo não é reconhecer a interseccionalidade como paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra. A autora tampouco está disposta a validar a interseccionalidade como sensibilidade analítica que, para além do modismo acadêmico, tem o papel crucial de evidenciar a “inseparabilidade estrutural do racismo, do capitalismo e do cisheteropatriarcado — produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas [...] pelos modernos aparatos coloniais”, como lembra Carla Akotirene (2019, p. 19). Em lugar disso, e com base na noção de *genealogia* [do poder] recuperada de Michel Foucault, Nina Lykke propõe a sua própria “genealogia da interseccionalidade”, sugerindo que a produção epistêmica só pode ser analisada dessa-forma-mesmo — geneologicamente. Isso equivale a dizer que a interseccionalidade não pode ser validada como sensibilidade analítica associada ao projeto feminista negro desde a sua fundação, mas tendo em vista também a “diversidade e a riqueza” das derivações e/ou continuações por outras frentes teóricas, que podem abordar a temática de maneira explícita, implícita ou mesmo lançando mão de nomenclaturas afins — o que, na minha compreensão, dá indubitavelmente a entender, e isso eu ressalto com todas as letras, a necessidade ou inevitabilidade de uma “evolução conceitual”.

Sob esta perspectiva, é óbvio que a autora precisava de fato afirmar que a noção de interseccionalidade que ela defenderá não é aquela formulada originalmente por Kimberlé Crenshaw nem propriamente a desenvolvida pelas feministas negras — antes e depois de 1989. Em lugar disso, Nina Lykke apostará em uma “nova versão” baseada em uma ideia de *tríplice dispersão*, essencial para comprovar a sua tese-genealogia:

Tenho utilizado o conceito de interseccionalidade conforme introduzido no feminismo pela feminista negra Kimberlé Crenshaw no final dos anos de 1980 e como ele ainda é até hoje usado. E, desde este ponto de partida, eu, então, proponho a distinção entre três grupos de abordagem teórica feminista da interseccionalidade:

- *As teorizações feministas explícitas da interseccionalidade*, ou seja, aquelas teorias que—como a de Crenshaw—utilizam explicitamente o conceito “interseccionalidade”;

- *As teorizações feministas implícitas da interseccionalidade*, ou seja, aquelas teorias que se fundamentam na perspectiva interseccional sem utilizar propriamente o conceito “interseccionalidade” como viés analítico principal;

- *As teorizações feministas que utilizam outros nomes para a interseccionalidade*, ou seja, aquelas teorias que se concentram nas relações

interseccionais, mas usam outros conceitos e vieses analíticos que não propriamente a “interseccionalidade”. (LYKKE, 2010, p. 68 – em tradução livre)¹⁹

É neste ponto, em especial, que começa a crítica de Sirma Bilge, para quem uma das principais estratégias de branqueamento da interseccionalidade está exatamente vinculada à proposição de uma *genealogia*: “O imperativo de *ampliar a genealogia da interseccionalidade* é um tema recorrente nas conferências e publicações das feministas europeias” (BILGE, 2013, p. 416 — em tradução livre).²⁰

A autora relembra, a certa altura, que este “apelo” foi o principal tema-unificador de uma conferência feminista que aconteceu em Frankfurt, na Alemanha, em 2009, intitulada *Celebrando a interseccionalidade?*, e, mais adiante, em 2012, em outra conferência, dessa vez realizada em Lausanne, na Suíça, sob o título *Imbricação das relações de poder: discriminações e privilégios de gênero, raça, classe e sexualidade*. Em ambos os eventos, mas sobretudo nesse de 2012, “os argumentos para ampliar a genealogia da interseccionalidade também enfatizaram o desejo de um ‘devido reconhecimento’ do pensamento feminista francês [...], que, conforme reivindicado, vinha enfrentando as ‘mesmas questões’, ainda que com diferentes ferramentas teóricas e conceituais” (ibidem).²¹

Ora, como ressalta Sirma Bilge, as tentativas de reformular genealogias epistêmicas não são sempre políticas e tampouco seriam inocentes. No caso em tela, por exemplo,

Eis uma amarga ironia: uma ferramenta elaborada por mulheres de cor para confrontar o racismo e o heterossexismo do feminismo dominado por mulheres brancas, assim como o sexismo e o heterossexismo dos movimentos

¹⁹ “[...] I have, therefore, chosen the concept of intersectionality as it was explicitly introduced into feminist theorizing by black feminist scholar Kimberlé Crenshaw in the late 1980s and as it is currently used. From this entrance point, I shall distinguish between three clusters of feminist analysis of intersections:

- *Explicit feminist theorizings of intersectionality*, that is, theories that—like Crenshaw’s theory—explicitly use the concept ‘intersectionality’;

- *Implicit feminist theorizings of intersectionality*, that is, theories that focus on intersections, but without using the concept ‘intersectionality’ as the main frame of interpretation;

- *Feminist theorizings of intersectionality under other names*, that is, theories that concentrate on intersections, but while using other concepts and frames than ‘intersectionality.’

²⁰ “The imperative to *broaden the genealogy of intersectionality* is a recurrent theme in European feminist conferences and publications.”

²¹ “At this conference pleas for broadening the genealogy of intersectionality also emphasized the related desire for ‘due recognition’ of French feminist thought [...], which, it was claimed, had been tackling the ‘same issues’ with different theoretical and conceptual tools.”

antirracistas, torna-se, em outro momento e lugar, um campo de *expertise* predominantemente articulado por feministas disciplinares brancas, que mantêm a raça e as mulheres racializadas de fora. (BILGE, 2019, p. 418 — em tradução livre)²²

Conclusões semelhantes sobre este *branqueamento da interseccionalidade* operado pelas vias de uma suposta genealogia já haviam aparecido também nos estudos de algumas teóricas brancas, a exemplo da britânica Hazel Carby (1997), sobretudo em seu “White Woman listen! Black feminism and the boundaries of sisterhood”, um dos capítulos do livro *Black British Feminism*. A autora já introduz o texto reconhecendo que

É apenas nos escritos das feministas negras que podemos de fato encontrar tentativas de teorizar a interconexão de classe, gênero e raça, tal qual ela ocorre em nossas vidas, e vem sendo apenas a partir das formulações das mulheres negras que temos sido capazes de expressar e atuar sobre as experiências decorrentes dessas categorizações... As feministas negras reivindicaram e ainda reivindicam o reconhecimento do racismo como elemento estruturante das relações das mulheres negras com as mulheres brancas. (CARBY, 1997, p. 46 — em tradução livre)²³

Noutras palavras, não é escamoteando o papel constitutivo da raça no pensamento e na práxis interseccionais, procurando a todo custo refazer a sua “genealogia” através do apagamento da experiência epistêmica das teóricas negras, que as feministas brancas-europeias contribuirão para o debate da interseccionalidade.

O argumento final de Sirma Bilge (2013, p. 419) neste sentido vem a calhar: aquelas feministas que ainda acreditam não haver necessidade de debater a interseccionalidade a partir da opressão racial — ancoradas na falácia de que tal opressão nunca é “puramente” racial — nada mais fazem do que “tratar a interseccionalidade como uma diretiva de aplicação universal, com o propósito específico de suprimir da discussão a opressão racial”. Eis o *branqueamento da interseccionalidade* promovido, segundo a autora, por Nina Lykke.

²² “This is a grim irony: a tool elaborated by women of color to confront the racism and heterosexism of White-dominated feminism, as well as the sexism and hetero-sexism of antiracist movements, becomes, in another time and place, a field of expertise overwhelmingly dominated by White disciplinary feminists who keep race and racialized women at bay.”

²³ “It is only in the writings by black feminists that we can find attempts to theorize the interconnection of class, gender and race as it occurs in our lives and it has only been in the autonomous organizations of black women that we have been able to express and act upon the experiences consequent upon these determinants Black feminists have been, and are still, demanding that the existence of racism must be acknowledged as a structuring feature of our relationships with white women.”

A réplica de Nina Lykke

Completados sete anos da crítica de Sirma Bilge, em janeiro de 2020, sob o título “Transversal Dialogues on Intersectionality, Socialist Feminism and Epistemologies of Ignorance”, Nina Lykke publicou, no *Nordical Journal of Feminist and Gender Research*, sua réplica-reavaliadora das formulações de dez anos antes que haviam sido publicadas na Europa sobre a interseccionalidade.

Partindo de um título já bastante sugestivo, a autora admite que suas próprias construções teóricas no âmbito dos feminismos socialistas europeus constituem “epistemologias da ignorância”. E o artigo é, então, aberto com uma afirmação bastante pontual:

A pesquisa das feministas brancas tem sido criticada por seus pressupostos políticos neoliberais de branqueamento da interseccionalidade; apagamentos da raça pelas teóricas europeias, incluindo as nórdicas, têm recebido atenção especial da crítica. Um capítulo sobre as genealogias da interseccionalidade no meu livro [de 2011] e a minha contribuição em uma conferência europeia sobre interseccionalidade estão entre os alvos desta crítica” (LYKKE, 2020, p. 1 — em tradução livre).²⁴

Situada a crítica principal que será abordada no texto — feita por Sirma Bilge aos seus escritos —, Nina Lykke tão logo explica tratar-se de um confronto teórico-analítico da socióloga turca-canadense em 2013, para quem as feministas socialistas europeias têm incorrido em sem fim de equívocos derivados de um marxismo eurocêntrico que culmina em “epistemologias da ignorância” — ou seja, justamente aquelas que tendem a branquear o feminismo.

Após declarar que tal crítica a fez refletir sobre suas formulações acerca da interseccionalidade, motivando-a a reler suas pesquisas feministas marxistas desde a década de 1970, Nina Lykke esboça o principal intuito de seu texto: assumir a responsabilidade pela *genealogia* proposta especialmente em seu livro de 2010. Para iniciar, portanto, o diálogo com Sirma Bilge, algumas perguntas preliminares são prontamente formuladas:

O que teria dado errado [nas minhas discussões sobre o tema]? Alguma coisa teria escapado a mim e às minhas amigas feministas socialistas no passado?

²⁴ “White feminist research has been criticized for politically neoliberalizing and whitewashing intersectionality; erasures of race by European, including Nordic, scholars have been given special attention here [...].”

Fizemos vista grossa para alguma coisa? Nós, que na arrogância dos nossos tempos de estudantes marxistas-feministas, achamos de alguma forma que podíamos abarcar em nossas análises todas as complexidades das opressões capitalistas interatuantes? (LYKKE, 2020, p. 4 — em tradução livre)²⁵

Como seria possível, afinal, que, em suas reflexões sobre a opressão de gênero, ela tenha perdido de vista questões tão estruturantes da interseccionalidade, como raça, racismo e privilégio branco? Em termos outros, a autora parece inicialmente validar o argumento de Sirma Bilge: o de que “a intersecção entre classe, gênero e sexualidade esteve bastante presente e visível [nas performances teóricas das feministas marxistas brancas-europeias], enquanto raça, racismo e privilégio branco estiveram tão ausentes” (ibidem, p. 5 — em tradução livre).²⁶

Quanto mais avança nos termos da crítica a ela direcionada, mais Nina Lykke demonstra se assustar com esta cegueira teórica do grupo de feministas marxistas-socialistas de que fez parte desde a década de 1970:

Como nós, que éramos tão diligentes para as entrecruzamentos entre gênero, classe e sexualidade, e extremamente críticas do feminismo liberal que negligenciava a categoria classe, tanto quanto das versões de um feminismo monocategorizador focado apenas em uma igualdade que operasse nos limites do capitalismo e da sociedade burguesa, como nós, ao mesmo tempo, temos estado tão imersas em epistemologias da ignorância branca? Como pudemos nos deixar seduzir pelos mitos da “democracia racial”, acreditando que o racismo e o privilégio branco não desempenhava nenhum papel? [...] Como pudemos, enfim, evitar ver a Escandinávia, a Europa nórdica e a Europa em geral historicamente formada também pela racialização e pelas estruturas racializadas de poder em virtude dos passados coloniais e dos presentes pós-coloniais?” (LYKKE, 2020, p. 5 — em tradução livre)²⁷

E é então que a autora recorre à sua experiência de vida e teórica — como socialista feminista, ativista e acadêmica lésbica — na tentativa de encontrar alguma

²⁵ “What had gone wrong here? Had something happened to which I and my socialist feminist friends from back then had not been attentive? Had we overlooked something? We who, in our feminist-marxist students’ hubris, thought we were able to critically take into account all the complexities of intraacting capitalist oppressions. We who argued fiercely for the necessity of intertwined struggles against multiply entangled oppressions.”

²⁶ “Or in other words: the nexus class/gender/sexuality was very present and visible, while issues of race, racism, and white privilege were absent.”

²⁷ “How could we who were so attentive to intraactions between gender, class and sexuality, and strongly critical of liberal feminism’s class-blindness and mono-categorical versions of feminism, focused on equality within the limits of capitalist, bourgeois society, at the same time, have been so immersed in epistemologies of white ignorance? How could we have let ourselves be seduced by myths of living in a racial “homogenous” society, where racism and white privilege allegedly played no role? [...] How could we avoid seeing that Scandinavia, Norden and Europe more generally were historically formed by racialization and racialized power structures due to colonial pasts and postcolonial presents?”

explicação para os referidos lapsos. E não demora muito para encontrá-la: após recorrer a um passado de lutas socialistas por igualdade entre as mulheres em momentos históricos cruciais, Nina Lykke ressalva que as feministas socialistas como ela precisam, de fato, assumir a responsabilidade por suas epistemologias da ignorância, mas que isso não necessariamente implica

[...] que o socialismo/marxismo deva ser considerado apenas sob a ótica de uma teoria branca. De acordo com algumas/alguns estudiosas/os pós- e decoloniais, o pensamento marxista construiu um importante repertório teórico contra o imperialismo e as desigualdades globais. Por outro lado, em um sentido pós-socialista queer, ele também demarcou como as feministas socialistas foram essenciais na teorização de imaginários de protesto [...]. (LYKKE, 2020, p. 9 — em tradução livre)²⁸

Em sua defesa — e na de suas colegas feministas marxistas —, a autora reforça os termos de uma importante “herança” deixada por elas na fundação, no contexto nórdico, de uma pesquisa feminista de base cujo principal foco foi a transformação social. Dialogando com a teórica alemã Manuela Boatca, Nina Lykke ressalta que “as feministas marxistas contribuíram radicalmente não só para a teorização do capitalismo pós-colonial, mas também para uma sociologia das desigualdades globais que levou em conta as intersecções entre gênero e racialização em conformidade com um sistema teórico universal” (ibidem, p. 10).²⁹

À guisa de conclusão, a autora reafirma a necessidade de se responsabilizar, como teórica europeia branca, pelos apagamentos da categoria raça em seus escritos formativos. Mas insiste, por outro lado, que se evite ignorar a importante contribuição das teóricas socialistas para o debate feminista, tanto quanto as especificidades desta contribuição, demandando ainda que tal herança teórica não seja superficialmente concebida como neoliberal nem como abordagem monocategorizadora.

²⁸ “[...] that socialism/marxism has to be dismissed as white theory altogether. According to some post- and decolonial scholars, marxist thought has laid important groundwork for theories of imperialism and global inequalities. In a queer, postsocialist sense, it has also been pinpointed how feminist marxism has had a long-lasting impact on feminist theorizing and imaginaries of protest [...].”

²⁹ “[...] this branch of feminist marxism contributed radically to a theorizing of postcolonial capitalism and a sociology of global inequalities, which took intraactions between gender and racialization into account in resonance with world systems theory.”

Por que ainda é preciso desbranquear o feminismo?

Anos antes de Kimberlé Crenshaw inaugurar o termo *interseccionalidade*, a intelectual brasileira Sueli Carneiro já escrevia sobre os privilégios das mulheres brancas em comparação com apagamento epistêmico sofrido pelas mulheres negras, defendendo a urgência do reconhecimento da raça como categoria-chave da opressão interseccional de gênero. A partir de então, a autora passaria a utilizar a expressão *enegrecendo o feminismo*

[...] para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro, [buscando] assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais. (CARNEIRO, 2003, p. 118)

Mais recentemente, no livro *Intersectionality*, publicado na Inglaterra em 2016,³⁰ Patricia Hill Collins e Sirma Bilge evidenciaram a presença de uma “tensão criativa” entre a práxis e a investigação críticas que estão na esfera tanto da definição quanto do uso real da interseccionalidade, chamando a atenção para a necessidade de se considerar como parte da equação de poder em torno do debate interseccional “quem se beneficia com a legitimação da interseccionalidade nos contextos sociais acadêmicos” (COLLINS & BILGE, 2021, p. 254).

A frase irônica [de Sirma Bilge] “salvar a interseccionalidade dos estudos de interseccionalidade” lembra a todos[as] nós, pesquisadoras e pesquisadores, que reflitamos sobre nossas próprias práticas no contexto da nova visibilidade e legitimação da interseccionalidade. Salvar a interseccionalidade pode implicar resgatá-la das mãos de pessoas que têm pouco ou nenhum compromisso com o *ethos* de justiça social da interseccionalidade. Também pode significar salvá-la de nós mesm[as], se a praticarmos como “um negócio”, isto é, apenas como mais um discurso acadêmico ou uma especialização do conteúdo, sem envolver nosso trabalho nas relações de poder que moldam o campo e a academia em geral. (ibidem, p. 254-255)

Em outro artigo de extrema relevância teórica, “Le blanchiment de l’intersectionnalité” [O branqueamento da interseccionalidade], Sirma Bilge retoma a importância deste “resgate” para inviabilizar e dirimir a despolitização das relações interseccionais:

³⁰ A obra já tem edição brasileira, publicada em 2021, com tradução de Rane Souza e colaboração de Winnie Bueno — uma das mais importantes estudiosas no Brasil da obra de Patricia Hill Collins — como revisora técnica.

O branqueamento da interseccionalidade não é um processo sem atores nem atrizes. Ele se concretiza por meio do nosso trabalho como acadêmicas, das nossas práticas de citações, dos nossos valores bajuladores de uma teoria generalizante que negligenciam o conhecimento ativista — nosso fetichismo metodológico. A vontade de estabelecer a interseccionalidade como uma “ciência” leva ao seu branqueamento, porque daí se desenvolverão práticas disciplinares que domesticam e despolitizam a interseccionalidade — práticas que também consolidam as hierarquias do conhecimento e as dicotomias que estão na base fundadora das epistemologias eurocêntricas e androcêntricas. (BILGE, 2015, p. 23 — em tradução livre)³¹

Essas práticas de branqueamento das epistemes afrocêntricas — que Sueli Carneiro retoma, tão acertada e sensivelmente, em sua tese doutoral (2005), como parte de um “epistemicídio” recorrente praticado por neocolonizadoras/es acadêmicas/os que, sem cerimônias, surrupiam a interseccionalidade e a desvirtuam do ponto de vista feminista negro — são performances teóricas de uma branquitude intelectual acostumada a fazer prevalecerem os seus arquivos e repertórios, vinculados a uma matriz colonial moderna que historicamente os legitima nas academias e os converte, sem nenhum pudor, em sistemas universais de conhecimento.

É a perpetuação desse “pacto narcísico da branquitude”,³² no âmbito de qualquer feminismo acadêmico, que nos faz — mulheres brancas, em qualquer contexto de produção do conhecimento — ainda hoje desconhecer as epistemologias fundantes do projeto feminista negro; é também o que contribui para — ainda hoje, ênfase — tomarmos ou permitirmos que outras mulheres brancas tomem à força a palavra com a finalidade tão equivocada quanto perversa de falarmos/falarem “em nome” de teóricas que têm voz própria e epistemologias próprias, em vez de procurarmos, simplesmente, refletir sobre as nossas performances teóricas de desvirtuamento conceitual e usurpação epistêmica, eliminando-as das nossas produções acadêmicas. Este é o lugar que nos cabe como intelectuais brancas minimamente comprometidas com o respeito ao que muitas feministas civilizatórias, no auge de seus modismos conceituais, gostam de chamar de “diversidade”.

³¹ “Le blanchiment de l’intersectionnalité n’est pas un processus sans acteurs ni actrices. Il se concrétise par notre travail d’universitaires, nos pratiques de citations, nos valeurs adulant la théorie (générale de surcroît) et méprisant les savoirs activistes, notre fétichisme méthodologique. La volonté d’établir l’intersectionnalité comme « science » conduit à son blanchiment, car de cette volonté découlent des pratiques disciplinaires qui domestiquent et dépolitisent l’intersectionnalité — pratiques qui consolident aussi les hiérarchies de savoirs et les dichotomies qui se trouvent au fondement des épistémologies eurocentrées et androcentrées.”

³² Recupero, obviamente, esta expressão de Cida Bento, que publicou recentemente sua tese doutoral em livro (2022), sob título homônimo.

Quando se trata da interseccionalidade, por exemplo, o nosso lugar deve ser primeiramente um lugar de escuta, e não de “reformulação genealógica”. Um lugar de autocrítica, e não de apropriação de uma crítica que não nos cabe no âmbito de um projeto emancipador que não é nosso. E, finalmente, um lugar não apenas de reconhecimento das nossas “epistemologias da ignorância”, mas de atuação acadêmica em favor da oposição radical a formulações como as de Nina Lykke, que, apesar de admitir as falhas injustificáveis de suas performances teóricas de branqueamento da interseccionalidade, na esteira daquelas de suas colegas feministas socialistas, ainda as justifica em sua réplica a Sirma Bilge. O epistemicídio praticado, afinal, nos círculos feministas brancos ou é obra nossa ou só sobrevive em razão da nossa inércia intelectual, essa nossa situação confortável de privilégio acadêmico. Essa reparação, tão comodamente adiada, é obrigação nossa, sendo mais-que-premente que a coloquemos em prática em nossas intervenções intelectuais.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen, 2019.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BILGE, Sirma. Intersectionality Undone: Saving Intersectionality from Feminist Intersectionality Studies. *Du Bois Review: Social Science Research on Race*, v. 10, n. 2, 2013.

_____. Le blanchiment de l’intersectionnalité. *Recherches Féministes*, v. 28, n. 2, 2015.

CARBY, Hazel. White Woman Listen! Black Feminism and the Boundaries of Sisterhood. In: MIRZA, Heidi Safia (Ed.). *Black British Feminism*. London: Hutchinson, 1997 [1982].

CARNEIRO, Sueli. *A construção do Outro como Não-ser como fundamento do Ser*. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) — Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Trad. Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, issue 1, 1989. Disponível em:



<<https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=ucf>>. Acesso em: 25.04.2022.

CURIEL, Ochy. Um diálogo decolonial na colonial cidade de Cachoeira/BA. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 3, n. 4, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/download/24674/15431>>. Acesso em: 25.04.2022.

LYKKE, Nina. *Feminist Studies: A Guide to Intersectional Theory, Methodology and Writing*. New York; Routledge / London: Taylor & Francis Group, 2010.

_____. Intersectional Analysis: Black Box or Useful Critical Feminist Thinking Technology? 1st ed. In: LUTZ, Helma et. Al (Eds.). *Framing Intersectionality: Debates on a Multi-Faceted Concept in Gender Studies*. Farnham, Surrey: Ashgate; 2011.

_____. Transversal Dialogues on Intersectionality, Socialist Feminism and Epistemologies of Ignorance. *NORA — Nordic Journal of Feminist and Gender Research*, v. 28, n. 3, 2020.

TAYLOR, Diana. *O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas*. Trad. Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. Trad. Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.